

Parlamentares

estaduais são pelos 4 ^{me} ^{A-B} anos

Rio — O governador Moreira Franco participou ontem do encerramento do II Congresso Nacional de Deputados Estaduais Constituintes, na Assembléa Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Os trabalhos do encontro, que reuniu dezenas de deputados estaduais do País, encerraram-se no início da tarde com a redação de um documento contendo as propostas defendidas pelos parlamentares, entre elas a fixação em quatro anos do mandato presidencial com direito à reeleição.

Os deputados também definiram que no próximo dia 7, em Brasília, um representante de cada comissão formada durante o encontro vai se reunir com a União Parlamentar dos Deputados Estaduais Constituintes para a discussão de emendas.

O documento, que foi redigido pelo relator Carlos Correia, deputado do PDT, será encaminhado ao presidente da Assembléa Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

PARLAMENTARISMO

— A associação do parlamentarismo com eleições diretas para presidente pode garantir o fortalecimento dos partidos e promover a estabilidade das instituições e do sistema. Segundo a deputada Jandira Feghali (PC do B-RJ), uma avaliação histórica demonstra que o presidencialismo está relacionado às oligarquias e aos golpes de Estado que, não têm significado avanços para a sociedade, ao contrário, são acompanhados por sensíveis retrocessos. Para a deputada, é preciso manter a opinião pública mobilizada e evitar que as pressões sobre os constituintes resulte na aprovação do presidencialismo.

Jandira Feghali integra a subcomissão política do II Congresso Nacional de Deputados Estaduais Constituintes. O encontro conta com a participação de deputados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Rondônia, Sergipe. Algumas moções foram votadas como a do deputado Paulo Lemos (PMDB-ES), exigindo a introdução na Constituição de um dispositivo determinando que os novos planos de benefícios da Previdência Social sejam acompanhados de plano de custeio exequível.

Foram aprovadas ainda as moções do deputado Carlos Correia (PDT-RJ), para a eleição de um participante do Poder Legislativo estadual na coordenação da campanha nacional pelas diretas, em Brasília, e a moção determinando que a nova Constituição seja submetida a referendun popular. Segundo a deputada Jandira Feghali, o Congresso de Deputados Estaduais Constituintes tem três objetivos fundamentais. O primeiro é a pressão que pode exercer em torno dos trabalhos da Constituinte; segundo, o trabalho que pode desenvolver com a sociedade de cada Estado; e terceiro, a reunião de subsídios para a elaboração das constituições dos Estados com o fortalecimento do Poder Legislativo e a soberania dos Estados.

Jandira Feghali diz que, apesar do Congresso Constituinte ter determinado alguns avanços, o rumo dos trabalhos ainda é bastante conservador. Alguns pontos precisam ser modificados na nova Constituição como a questão do campo, a reforma agrária, a soberania nacional, o sistema de governo, a determinação do mandato dos "nossos presidentes — atual e futuros", o papel das Forças Armadas, os direitos e garantias do homem e da mulher e a questão da democratização dos meios de comunicação.